

A Filosofia da Linguagem de Bakhtin: Significação e Política

Dra. Camila Jourdan¹

Resumo

O artigo apresenta o materialismo linguístico de Bakhtin ressaltando suas contribuições para a filosofia da linguagem e contrapondo-o ao idealismo transcendental de Chomsky. O objetivo da exposição é salientar a importância das abordagens filosóficas do significado por Bakhtin tanto em relação aos problemas recorrentes que se colocam para a determinação semântica, quanto no que se refere ao diálogo com suas posições políticas. Para tanto, a primazia de um âmbito factual de uso linguístico como determinante do próprio caráter *em princípio* do significado é ressaltada, introduzindo-se com isso interessantes relações conceituais entre as propostas de Bakhtin e a filosofia tardia de Wittgenstein. Finalmente, a posição de Chomsky aparece como contraponto particularmente relevante para deixar claro o pressuposto comum entre semântica e materialismo.

Palavras-chave: Materialismo; Bakhtin; Wittgenstein; Chomsky.

Abstract

This paper presents Bakhtin's linguistic materialism. It emphasizes his contributions to the language philosophy and contrasts it to Chomsky's transcendental idealism. The objective of the exposition is to stress the importance of the philosophical approaches of meaning by Bakhtin. It deals with the subject both in relation to recurring challenges posed to semantical determination, and in dialogue with his political positions. For this purpose, it is stressed the primacy of factual use of language as determinant of the very in principle character of meaning. It introduces interesting conceptual relations between Bakhtin's proposals and Wittgenstein's later philosophy. Finally, Chomsky's position appears as a particularly relevant contrast to clarify the common background between semantics and materialism.

Keywords: Materialism; Bakhtin; Wittgenstein; Chomsky.

¹ Professora Adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

1 O Materialismo Dialético da Significação em Bakhtin

O livro publicado por Bakhtin sobre Filosofia da Linguagem, sob a assinatura de Volochínov, em 1929, anuncia no título, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a referência teórica base do autor. A qualificação como ‘materialista’ e ‘dialético’ segue-se, portanto, por definição. Entretanto, fazer Filosofia da Linguagem não é meramente derivar de um sistema conceitual previamente estabelecido o que este implica para o entendimento do sentido linguístico. A Filosofia da Linguagem, tal como entendemos, se estabelece justamente quando esta ordem é invertida, isto é, quando não mais tratamos de aplicar uma filosofia prévia à linguagem, mas pretendemos tratar as questões filosóficas em geral a partir do significado. Longe de ser este um fenômeno exclusivamente analítico, trata-se de um fenômeno fundamentalmente contemporâneo na história do pensamento. Neste sentido, o que podemos dizer da Filosofia da Linguagem *marxista* defendida por Bakhtin? Se esta tratasse apenas de aplicar o sistema *marxista* à linguagem, retirando o que se pode concluir dos pressupostos materialistas em questão para a compreensão do significado, muito pouco ou nada ela teria contribuído para a Filosofia da Linguagem e só com muitas aspas poderia ainda ser chamada de uma obra desta parte da Filosofia. Entretanto, o que torna Bakhtin tão interessante é que ele não faz isso. Seu trabalho não aplica um pacote fechado de premissas *marxistas* à investigação da linguagem, mas antes, a partir de uma investigação independente da significação pretende retirar algumas posições muito caras ao pensamento político. Exatamente por isso seu trabalho é importante para aqueles que se interessam antes, ou mesmo apenas, por filosofia da linguagem, e também, pela mesma razão, Bakhtin apresenta uma contribuição extremamente relevante para este ramo de investigação e para suas questões centrais. Além disso, sua obra não apresenta apenas uma espécie de fundamentação linguística de posições e teses normalmente associada ao *marxismo*, não se trata meramente de uma contribuição da abordagem da linguagem à filosofia política. Quando Bakhtin investiga independentemente as condições do sentido, ele antecipa conclusões originais fundamentais para a teoria dos atos de fala, a semiótica contemporânea, a pragmática e a sociolinguística, de uma maneira que, tal como avaliamos, até então tem sido muito pouco explorada pelos estudiosos do tema em Filosofia.

As reflexões de Bakhtin partem de uma crítica ao *estruturalismo objetivista abstrato* de Saussure (1916), por meio de uma compreensão dialética da relação entre significado e significante constitutiva do signo. Longe, entretanto, de pressupor uma compreensão prévia do que venha a ser a dialética, Bakhtin oferece-nos mesmo uma definição desta noção a partir da crítica mencionada. Como se sabe, o estruturalismo de Saussure privilegia a ‘Langue’ em detrimento da ‘Parole’, considerando a primeira como um sistema sincrônico abstrato, constituído pelos padrões de formação subjacentes aos enunciados reais. Por outro lado, a ‘Parole’ nada mais seria do que tais enunciados reais ou comportamentos linguísticos *atuais*, que instanciaríamos as estruturas abstratas, estas sim responsáveis pela sua determinação *em princípio*. Temos, portanto, uma oposição entre a enunciação concreta e o sistema da língua. Bakhtin retoma explicitamente esta oposição associando a enunciação concreta ao ‘tema’ e o sistema abstrato à noção de ‘significação’. O ‘tema’ é então definido como se referindo às instancias particulares de fala, temporalmente datadas, e não reiteráveis a cada utilização de uma mesma expressão; enquanto a significação seria constituída pelo sentido, sempre geral, das palavras em conjunto com seu sistema formal, suas relações morfológicas e sintáticas. Seria de se esperar, portanto, que a *significação* determinasse as possibilidades *temáticas* e, ao mesmo tempo, com isso, justificasse a relação existente entre estes dois âmbitos. Ocorre, entretanto, que a relação entre o *tema* e a *significação* ou entre a *langue* e a *parole* é determinada, em Bakhtin, pelo próprio âmbito atual:

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui o estágio superior real da capacidade de significar, a significação é o estágio inferior da capacidade de significar, trata-se da possibilidade de significar no interior de um tema concreto, que pressupõe sempre a existência concreta. (BAKHTIN, 1929, p.131)

Não se trata, portanto, de negar o âmbito relativo à *significação*, mas de inverter o privilégio do *em princípio* em detrimento do *atual* por uma anterioridade do *atual* que, ao mesmo tempo, pela própria definição da função cumprida pelo âmbito *em princípio*, institui um processo dialético, tomado então como fundamental para a compreensão do que está envolvido no funcionamento da linguagem: tomar uma atualidade como

possuindo um estatuto *em princípio* e, nesta medida, como ultrapassando no ocorrido concreto, material, a temporalidade de um evento datado.

A crítica de Bakhtin incide, assim, sobre a própria suposição de uma separação rígida entre um sistema abstrato homogêneo de regras e a prática real dos falantes. Deste ponto de vista objetivista, a relação entre o significado e significante, no signo, se daria no interior de um sistema fechado e inerte, previamente dado, sendo os atos de fala reais supostos como refrações destas formas estruturais normais. Nada explicaria, portanto, como se estabelece a própria relação entre significado e significante, sendo que, uma vez instituindo este problema nestes termos, ele jamais será satisfatoriamente resolvido. Bakhtin argumenta que esta dupla dimensão de um signo, constitutiva da própria possibilidade do sentido linguístico, seria possível apenas se, em algum ponto, linguagem e realidade se tocassem e se constituíssem mutuamente, em uma relação de interdependência. A dialética, significado-significante, seria este ponto constitutivo da própria estrutura dual do signo. A dialética do signo consistiria, assim, em ser a linguagem, antes de tudo, uma parte do mundo que dele se separa dizendo sobre o mundo. O signo não seria uma estrutura psíquica ou objetivamente abstrata, mas um objeto do mundo, material, que, sem deixar de fazer parte da realidade passaria a refratar outra realidade. Também aqui a realidade material é a condição da linguagem, mas, como é significada e modificada por ela, é constituída de modo inseparável desta significação. Da mesma forma, o real, portanto, por meio do funcionamento do signo, adquire esta natureza dialética. Toda a discussão pode assim ser formulada em termos da relação entre significado e significante. Por um lado, o significado ultrapassa e antecede o significante, por outro, ele depende do significante para ser significado. O mesmo ocorre com o significante, enquanto tal, estabelecendo uma relação de dependência mútua, ainda que um jamais possa ser reduzido ao outro. Esta relação fundamental seria então expressa pela noção fundamental e sintética de signo: com suas duas dimensões de significado e significante, ou seja, a expressão conceitual do *toque* entre a linguagem e o real.

Não se trata de simplesmente instanciar na linguagem a dialética *marxista* entre ser humano e natureza, que constituiria a história social e concreta. O ponto central do argumento de Bakhtin está justamente em mostrar que, sem este modo de relação entre significado e significante, simplesmente não poderia haver nem sentido linguístico, nem

pensamento. É, portanto, argumentando pela possibilidade mesma da linguagem que Bakhtin chega à dialética do signo e, com isso, ele retoma sim os pressupostos marxistas, porém, como conclusões. Outro ponto fundamental para isso na sua argumentação é o de que não haveria relação social sem linguagem, pois a linguagem seria a própria condição da dimensão psicológica do corpo social, desde que esta seria constituída pela comunicação (e não por um inconsciente coletivo, por exemplo). Ora, na medida em que a dialética significado-significante é condição da linguagem e a linguagem é condição da constituição psicológica do corpo social, podemos aplicar diretamente tal dialética à última constituição aludida.

2 Algumas relações com a Filosofia tardia de Wittgenstein

Bakhtin argumenta no sentido de haver uma dependência da consciência e, portanto, da mente, em relação à linguagem. Aquilo que chamamos mente não poderia se derivar jamais diretamente da natureza, pois, parece sempre adicionar algo a esta. Para que tal derivação ocorresse, seria preciso então o signo, ou melhor, seria preciso algo com este caráter duplo, esta estrutura: significado e significante. Com isso, Bakhtin rompe com o clássico triângulo semântico: a mente não poderia ser a responsável pela relação entre linguagem e mundo porque ela supõe já esta relação funcionando, ela é, em grande medida, um efeito dela. Isso antecipa elementos centrais de concepções posteriores ao trabalho de Bakhtin. Em filosofia analítica da linguagem, é lugar comum afirmar que a ruptura com o mencionado triângulo semântico clássico foi operada com a chamada pragmática da linguagem, tendo origem na Filosofia segunda de Wittgenstein, ou seja, apenas após 1945. Ocorre, entretanto, que *Marxismo e Filosofia da Linguagem* data do final da década de 20, quando Wittgenstein ainda formulava sua versão lógica do triângulo semântico no *Tractatus*.

A crítica ao clássico triângulo semântico aparece em Wittgenstein juntamente com a recusa à chamada *concepção agostiniana da linguagem*, nas passagens iniciais das *Investigações Filosóficas* (particularmente entre os parágrafos 1 e 64), isto é, com os argumentos contrários à consideração da linguagem como essencialmente denotativa. As características identificadas por Wittgenstein na *concepção agostiniana da linguagem* são: (1) as palavras são denominações de objetos; (2) frases são ligações de palavras; (3) cada palavra tem um significado; (4) o significado da palavra é o objeto

por ela nomeado (*IF,1*). Compreender seria então estabelecer uma conexão entre a linguagem e aquilo que ela designa. No caso, isso aconteceria através de gestos indicativos dos objetos (ostensão), ou através de expressões corporais que indicam *as sensações da alma*. Estes permitiriam que as palavras substituíssem o que nomeiam. Podemos, assim, também identificar na *concepção agostiniana da linguagem*, a suposição de estados internos de conhecimento não linguístico e de uma linguagem inata, natural e universal. Wittgenstein discute justamente neste momento como se estabelece a capacidade, pressuposta pela linguagem, de somente a partir de casos particulares, formar noções gerais que se reportam a uma gama de casos potencialmente infinita. Quando falamos, não falamos apenas do que ocorre de fato, sendo de alguma maneira perceptível pelos sentidos, mas falamos também do que não ocorre e do que jamais foi um fato, o sentido introduz infinitas possibilidades. Explicar este mecanismo suposto pela significação é explicar a generalidade suposta pela linguagem e, com isso, a relação entre significado (abstrato) e significante (concreto), ou ainda, a relação entre linguagem e mundo, que aparece em Wittgenstein formulada como o acordo de uma regra com suas aplicações. O mentalismo se liga diretamente com a *concepção agostiniana da linguagem*, não apenas porque o domínio psicológico seria um último âmbito onde esta concepção pareceria inegável, mas porque, nesta *concepção*, a tese extensional da significação, enquanto fundamentalmente referencial, e o mentalismo encontram-se relacionados, na medida em que se entende que a *concepção agostiniana da linguagem* relaciona-se com a ideia de que algum mecanismo mental associa os significantes com seus significados. Para Wittgenstein, por outro lado, o significado de uma palavra é menos o objeto ao qual esta se refere, e mais a maneira como empregamos o termo. A designação do objeto é que suporia o uso, sem o qual a significação não existiria. Isso não significa que Wittgenstein negue a relação de nomeação. A nomeação, assim como a ostensão, possui um papel no uso linguístico. No entanto, esta não é a função essencial da linguagem. A nomeação precisa antes ser legitimada pela significação, pelo uso da linguagem. Com outra regra de uso, o mesmo ensino ostensivo poderia produzir uma compreensão completamente diversa de um mesmo termo. Porém, se a compreensão não é permitida por uma linguagem inata, mas é uma atividade pública guiada por regras, que podem ser aprendidas e ensinadas, o problema é: como aprendemos uma regra? Enfocar o sentido da linguagem enquanto

proveniente não de referências objetivas, mas de regras contextuais, evita a busca do significado por supostos objetos que estariam na base da linguagem. Afastamo-nos assim de uma teoria referencial da linguagem e a substituímos por explicações contextualizadas do sentido. Entretanto, a substituição da referência pela regra ainda mantém o estatuto desta última em aberto. Wittgenstein procura salientar que tal aprendizagem supõe certo treinamento. Mas esse treinamento processa-se mediante exemplos, e a compreensão não se reduz aos exemplos que tivemos acesso, nem se esgota nas manifestações comportamentais que a acompanham; somos, por isso, inclinados a supor um *estado mental* de compreensão. A formulação ou explicação da regra por exemplos parece deixar em aberto que qualquer ato, continuando a aplicação da regra, possa estar de acordo com a regra em alguma interpretação desta. Mas uma formulação geral da regra também pode ser interpretada e entendida de inúmeras formas, e deverá ser, ainda, novamente, explicada. Tudo isso fortalece a ideia de que a compreensão deveria basear-se em *algo* que determinasse *de uma vez por todas* as aplicações de uma regra e do qual essas aplicações se derivariam. O problema é que esse *algo* não pode ser uma expressão qualquer, desde que esta também poderia ser entendida de inúmeras formas. Deparamo-nos com um infinito de interpretações possíveis ao tentarmos explicar a formulação de uma regra. A relação de uma regra com sua interpretação também precisaria ser mediada por outra regra, e, assim, ao infinito. No que se refere às entidades ou processos mentais, poder-se-ia supor que interpretações não seriam necessárias desde que estes nos seriam *imediatamente acessíveis*. Mas o que exatamente isso significa? Pode-se supor que as entidades ou processos (associações de entidades mentais com regras internamente representadas) mentais imediatamente acessíveis que geram o infinito são os próprios pensamentos ou imagens mentais oriundas de sensações (possivelmente geradas pelo contato de nosso organismo com o mundo) ou inatas. No caso dos pensamentos, tanto quanto ocorre com uma expressão qualquer, Wittgenstein procura salientar que estes não poderiam ser interpretações últimas das regras, desde que só poderiam conferir significado às sentenças na medida em que possuíssem conteúdo simbólico identificável, e este conteúdo, ainda que fosse proveniente de uma linguagem mental, sempre poderia ser também interpretado. O pensamento não poderia ser completamente isolado da própria linguagem desde que deveria ser passível de expressão e, assim, não poderia conferir-

lhe significado (*IF*, 329-332). As imagens certamente adquirem um papel especial e bastante privilegiado, quer sejam consideradas como oriundas de sensações visuais, quer sejam consideradas como oriundas das próprias ideias. Normalmente quando se fala em apreensão da realidade objetiva, pensa-se em algum tipo de imagem mental ou representação interna que desempenharia um papel fundamental na aquisição do conhecimento, desde que reteria apenas as características essenciais ou gerais dos objetos em questão (a *forma* visível das coisas, seu *eidos*), não precisando conter traços particulares, e encarnando, por assim dizer, a própria regra de representação da realidade. Mas, para Wittgenstein, imagens mentais também não podem determinar a significação dos casos particulares, e podem ser consideradas, também, meras interpretações daquilo que pretendemos determinar, devendo elas mesmas serem interpretadas. Se assim não fossem, não serviriam mesmo para justificar a aplicação da regra, porque seriam circularmente definidas por recurso a essas aplicações: a cor vermelha seria aquela que me vem à mente quando escuto a palavra ‘vermelho’, mas que cor é essa? Qualquer imagem é uma imagem particular. Tais imagens também precisam ser interpretadas, e não são suficientes, portanto, para garantir a compreensão. Para Wittgenstein, o emprego das expressões, juntamente com a capacidade de elucidação do significado das mesmas por parte do falante, permanece sendo o critério da compreensão. A atribuição de compreensão, assim como, para utilizarmos a comparação de Wittgenstein, a atribuição da capacidade de leitura a alguém, baseia-se em reações circunstanciais, supondo uma regularidade nas mesmas. Só há regra, quando há uma ação pública regular (*IF*, 198). Mas isso parece circular desde que é justamente isso que deveria ser explicado: em que se baseia a própria identificação de regularidades? Chamando atenção para o fato de que nossas regularidades linguísticas apoiam-se em regularidades não conceituais, em fatos contextuais, Wittgenstein objetiva, antes de tudo, deixar clara a arbitrariedade das próprias regras. De fato, é já a própria significação funcionando enquanto estrutura significado-significante; regra-aplicação, que está no fundamento da nossa compreensão, não é possível desmembrar esta estrutura para explicá-la por uma entidade isolada, identificada independentemente da estrutura que pretende explicar. Apenas se houvesse tal identificação independente, a explicação funcionaria como fundamento, por outro lado, havendo tal identificação

independente, nada garante a relação dela com o que ela pretende explicar e a explicação se torna contingente.

Wittgenstein, em toda sua obra, salienta a necessidade de um âmbito que consista no *toque* entre a linguagem e o real, embora não suponha nenhuma relação dialética significado-significante, como Bakhtin, ressalta sempre a existência de uma *relação interna*, que, desde a sua primeira filosofia, apareceria como interditando explicações adicionais independentes por instituir um condicionamento mútuo. “Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim - mas o fim não é o facto de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de ver da nossa parte; é o nosso atuar que está no fundo do nosso jogo da linguagem” (OC, 204). Também Bakhtin salienta esta estrutura em determinação mútua por meio da sua dialética significado-significante. Para ele, as relações básicas seriam as relações sociais, das quais o signo seria a materialidade imediata. O carácter social não seria um elemento adicional explicativo vinculado à significação, mas entraria na sua estrutura constitutiva. Bakhtin defende que porque o ser humano age e se comunica nesta ação faz sentido atribui-lhe consciência. Este é o *toque básico* real-linguagem em que consiste o signo. Se esta relação entre linguagem e mundo tivesse que supor a consciência, determinada externamente, ela jamais chegaria a ocorrer, porque para que ocorra consciência é preciso já algo justamente com uma natureza dupla, isso é o que se chama consciência, daí a importância e a necessidade da própria dialética para a constituição da mente.

(...) a significação só pode pertencer ao signo – sem o que, ela se torna uma ficção. A significação constitui a expressão da relação do signo, como realidade isolada, com uma outra realidade, por ela substituível, representável, simbolizável. A significação é a função do signo: eis porque é impossível representar a significação (enquanto propriedade meramente relacional, funcional) à parte do signo, como algo independente, particular. Isso é tão inexecutável como considerar a significação da palavra ‘cavalo’ como sendo o cavalo particular que tenho diante dos meus olhos. Se assim fosse, seria possível, tendo comido uma maçã, dizer que se comeu não uma maçã, mas a significação da palavra ‘maçã’. O signo é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade independente, tendo uma existência à parte do signo. É por isso que, se a atividade mental tem um sentido, se ela pode ser compreendida e explicada, ela deve ser analisada por intermédio do signo, real e tangível. (BAKHTIN, 1929, p.37)

O ponto, portanto, tanto de Wittgenstein quanto de Bakhtin, é que a significação não poderia ser compreendida como mais uma coisa do mundo, e, dado sua relação com a constituição do que entendemos por mental, segue-se que a atividade mental também não poderia ser considerada mais uma entidade. Se Bakhtin inverte a dicotomia de Saussure, privilegiando a enunciação atual como a base da língua, e a comunicação como base da enunciação, ele não faz isso senão por um processo dialético que se insere antes de tudo na própria constituição do signo: não separa a significação do signo; não separa o signo da enunciação; não separa a enunciação da comunicação.²

As relações de Bakhtin com Wittgenstein são interessantes porque não aparecem pela existência de influências comuns, mas por desenvolvimentos conceituais independentes semelhantes, o que parece atestar a objetividade e corroborar as análises de ambos os autores. A força destes desenvolvimentos é própria ao pensamento tanto de Bakhtin quanto de Wittgenstein e apresentam razões e argumentos independentes de qualquer justificação por influências. Muito embora existam sérios e bons trabalhos sobre os vínculos conceituais entre Marx e Wittgenstein³, particularmente a partir da textualmente atestada importância do economista marxista Piero Sraffa na filosofia tardia do autor⁴, as relações entre Bakhtin e Wittgenstein mais legitimam tais vínculos conceituais entre o *marxismo* e Wittgenstein do que são justificadas por eles.

² A ênfase, tanto de Wittgenstein quanto de Bakhtin, no caráter público, social, e mesmo comportamental, da significação, não os classifica como behavioristas. Embora a fundamentação deste ponto demandasse maior desenvolvimento, é importante ressaltar que ambos não pretenderam eliminar a referência às categorias mentais, nem tomaram o significado linguístico como determinado pela relação entre um estímulo e uma reação verbal.

³ Gostaríamos aqui de remeter particularmente ao artigo: SEN, A. Sraffa, Wittgenstein and Gramsci. In: *Journal of Economic Literature*. Vol. XLI, December 2003, pp. 1240-1255. E o livro de artigos: KITCHING, G.; PLEASANTS, N. (Orgs.) *Marx and Wittgenstein. Knowledge, morality and politics*. Routledge, 2003.

⁴ Wittgenstein afirmou no prefácio das Investigações Filosóficas: “Com efeito, desde que há dezesseis anos comecei novamente a me ocupar de filosofia, tive de reconhecer os graves erros que publicara naquele primeiro livro. Para reconhecer esses erros, contribuiu – numa medida que eu mesmo mal posso avaliar – a crítica que minhas ideias receberam de Frank Ramsey a quem pude expô-las em numerosas conversas durante os dois últimos anos de sua vida. Mais ainda que a esta crítica – sempre vigorosa e segura -, agradeço àquela que um professor desta Universidade, P. Sraffa, exerceu incessantemente durante muitos anos em meus pensamentos. A esse estímulo devo as ideias mais fecundas desta obra.” (*IF*, p.08)

3 Contraposição ao Idealismo Transcendental de Chomsky

Chomsky também parte do problema inerente à suposta capacidade de abarcar o infinito pela significação: “Uma propriedade essencial de linguagem consiste em fornecer os recursos para expressar infinitos pensamentos e reagir apropriadamente em uma série infinita de situações novas.” (CHOMSKY, 1965, p.4) Segundo ele, tal capacidade, a potencialmente infinita determinação de uma regra, seria apenas explicável pela suposição da mente. Trata-se, portanto, de um tipo de mentalismo que supõe uma estrutura recursiva interna para explicar a capacidade dos falantes reais. Como a mente humana também é finita, supõe-se de fato uma linguagem recursiva compostas de regras mentais, regras internamente representadas, que supririam o papel de um mecanismo finito capaz de gerar o infinito. Não se trata de manter que temos todas as infinitas aplicações de uma regra na mente, mas antes que temos alguma espécie de formulação geral que determinaria todos os casos da regra. Parece também plausível que essas regras incluam algum tipo de semântica e que, portanto, a mente possua entidades abstratas que determinem o significado das expressões às quais seriam associadas. Tais entidades, associadas com as regras, gerariam as infinitas composições complexas associadas com as expressões linguísticas. Deve-se supor ainda que essas entidades abstratas sejam imediatamente acessíveis à mente e que propiciem, assim, a compreensão. Teríamos então: (I) regras mentais finitas e (II) (também finitas) entidades mentais compondo uma suposta realidade interna. A relação de (I) com (II) deveria ser imediatamente dada e ambos gerariam de alguma forma todas as possibilidades das expressões particulares com que nos deparamos na linguagem ordinária. Além disso, as regras mentais também associariam essas expressões com as composições geradas na mente. Como exatamente essa associação procede parece algo que não fica claro. Não seria preciso outra regra? Como vimos, o argumento contrário a esta posição coloca o mesmo problema para a linguagem interna que surge para a linguagem pública, afinal tal linguagem é suposta por analogia ao que conhecemos como linguagem, mas é suposta também especial, posto que exilada do caráter comunicativo que a constitui como tal. Através da sua noção de uma gramática universal, Chomsky defende que a linguagem mental seria diferente de nossa língua materna e estaria subjacente a esta, explicando-se, assim, a competência linguística. O mentalismo de Chomsky é uma hipótese relativa à estrutura da mente humana que,

segundo o autor, possuiria uma estrutura capaz de engendrar, uma vez recebidos os estímulos e informações pertinentes, um número infinito de orações em qualquer linguagem. O aprendizado da linguagem pelas crianças seria assim explicado graças às regras da gramática universal e aos signos linguísticos universais presentes na mente. Desta forma, Chomsky não mantém a linguagem como essencialmente denotativa, mas como regulada por regras, entretanto, estas regras são apartadas das práticas comunicativas que as determinam. Como as regras são mentais, supõe-se como dadas internamente as suas relações com seus casos.

Um dos principais alvos de Chomsky é o behaviorismo linguístico, pois, para ele, a linguagem e a generalidade suposta por seu funcionamento não poderiam ser jamais reduzidos à determinação por respostas a estímulos externos. Chomsky sustenta que somente a mente humana seria capaz de determinar tal generalidade. Ele substitui então a *langue*, de Saussure, por uma compreensão da linguagem enquanto expressando propriedades essenciais inatas e universais da mente, o que suporia também um princípio criativo inerente à espécie. Ao invés de *langue* e *parole*, ou tema e significação, os termos opostos em *Estruturas Sintáticas* (1957) por Chomsky são os níveis profundos e superficiais da estrutura gramatical. O nível profundo seria interno (mental) e não evidente nos enunciados reais, dizendo respeito às regras que governam a competência *em princípio* de um falante para reconhecer e criar um número potencialmente infinito de enunciados inéditos. São estas regras, relativas à competência, que interessariam à linguística. Convém mencionar que elas seriam subjacentes e inconscientes para os falantes reais. Por outro lado, tal como a *parole*, o *desempenho* atual dos falantes seria derivado, e deveria prestar contas em termos de fundamento às regras internas (inconscientes). Chomsky considera que esta competência seria uma capacidade psicológica inata ao ser humano. A natureza da linguagem humana nos conduziria à suposição de uma determinada natureza humana comum, que seria conceitualmente expressa pela noção de *gramática universal*.

Pela teoria gerativa, o poder criativo da linguagem, isto é, a capacidade de, a partir de recursos finitos, gerar uma potencialidade infinita suposta no sentido linguístico, pressuporia definições formais recursivas livres de contexto, que associariam categorias com itens lexicais, produzindo novas categorias. Estas regras permitiriam a um falante produzir sentenças na sua língua, compreendida como um

desenvolvimento possível da gramática universal, geneticamente inscrita em todos os humanos. Uma língua natural poderia gerar categorias que apresentassem a mesma categoria *dentro de si*, pela aplicação da regra de formação ao que é gerado pela regra. Este caráter recursivo seria constitutivo da possibilidade infinita de sentido, determinaria a seu caráter aberto, potencialmente criativo, mas ao mesmo tempo lhe conferiria um horizonte bem determinado, firmado pelo léxico, sempre finito, de base. O aspecto criativo apareceria na possibilidade de utilizarmos os modelos sintáticos de construções possíveis de maneiras novas, não empregadas anteriormente, porém com limites estabelecidos pela estrutura em princípio, dada na mente de todo ser humano.

Chomsky defende que este modelo sugerido pela capacidade humana de falar e compreender uma língua pode servir para investigação de outros domínios da ação humana (CHOMSKY, 1976, p.11). Dado que a estrutura linguística é inata, não possuindo origem na sociedade. Além disso, trata-se de uma capacidade da espécie. É a mente humana que possui uma faculdade de linguagem *a priori* e universal, os estímulos sociais distintos poderiam apenas ser responsáveis pelas particularidades de cada língua, mas o caráter recursivo seria um pressuposto geral, condição prévia e inconsciente da aquisição e qualquer treinamento linguístico.

Definamos ‘gramática universal’ com o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a gramática universal pode ser considerada como exprimindo a essência da linguagem humana. A gramática universal seria invariável para todos os seres humanos. A gramática universal especificará o que a aprendizagem de uma língua deve realizar, se for bem sucedida. (...) O que se aprende, a estrutura cognitiva alcançada, deverá ter as características da gramática universal, embora possua também outras características, que constituirão as características acidentais. Toda linguagem humana deverá submeter-se à gramática universal; as línguas diferem umas das outras pelas características acidentais. Se construíssemos uma língua violando a gramática universal, chegaríamos à conclusão de que não poderia ser aprendida (...). (CHOMSKY, 1976, p.36)

O aspecto criativo da linguagem instituiria o tema da liberdade humana frente aos estímulos sociais, liberdade esta que também seria ressaltada em sua teoria política. A liberdade subjacente à natureza humana seria a mesma pressuposta pela linguagem,

situada na razão universal e autônoma em relação às situações concretas.⁵ A capacidade humana é abstraída do caráter social por meio da universalização na espécie. A teoria política que se depreende desta compreensão é então associada ao liberalismo clássico, na medida em que este se comprometeria com o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Se no pensamento de Bakhtin a relação entre a teoria política e a Filosofia da Linguagem é estabelecida de saída; em Chomsky, somente um esforço interpretativo permite estabelecer um diálogo pertinente entre seus estudos linguísticos e suas incursões políticas. Suas posições se aproximam bastante do que ele denomina liberalismo clássico: o liberalismo que estaria na base do *Iluminismo*, anterior à Revolução Industrial, e, portanto, não comprometido com o sistema capitalista. Apesar da existência de alguns trabalhos visando estabelecer os pressupostos comuns entre suas posições linguísticas e políticas, o próprio Chomsky não desenvolve explicitamente tais relações. A pista para estabelecer as relações entre sua teoria da linguagem e suas posições políticas pode ser encontrada na suposição deste princípio geral relativo à mente humana. O aspecto básico de seu trabalho seria a noção de ‘criatividade linguística’, isto é, a capacidade humana de ultrapassar o que meramente ocorre, a qual, para Chomsky, suporia, como limite e condição de possibilidade, uma estrutural mental de regras inatas à espécie, estrutura da qual tal criatividade seria a expressão.

Muitas são as críticas que se pode fazer a partir de Bakhtin a Chomsky. As mesmas críticas que se aplicam à noção de ‘langue abstrata’, em Saussure, podem ser transferidas para as noções de ‘competência’ e ‘gramática universal’, em Chomsky. Tais noções desconsideram o caráter dialógico inerente à possibilidade do sentido linguístico e parecem desprezar que uma parte fundamental da semântica de nossos enunciados não é passível de ser reduzida às regras formais sintáticas, não podendo ainda esta parte ser considerada um elemento acidental da semântica. A ideia de Bakhtin é que a unidade dialógica não se presta a uma análise em constituintes gramaticais isolados. “A comunicação verbal se acompanha sempre de atos sociais de caráter não-verbal (gestos; atos simbólicos; cerimônias, etc...), dos quais ela é apenas complemento e ao serviço dos quais ela se encontra” (BAKHTIN, 1929, p. 137). Além disso, na medida em que

⁵ “O problema proposto pelo aspecto criador do uso da linguagem está no fato de que a linguagem humana, sendo livre do controle por estímulos identificáveis externos ou estados fisiológicos internos, pode servir como instrumento geral de pensamento e auto-expressão, em vez de ser meramente dispositivo para a comunicação de uma informação, uma exigência ou uma ordem” (CHOMSKY, 1976, p.22).

universal e inata, a base da linguagem em Chomsky seria independente de elementos ideológicos e de condições históricas e sociais. Não que Chomsky não se preocupe com o caráter ideológico dos discursos, sabemos que uma parte da sua produção intelectual se concentrou na abordagem dos discursos dos meios de comunicação de massa, enquanto responsáveis pela produção de “verdades oficiais”. Entretanto, este caráter não é tomado por ele como inerente à natureza da linguagem. Haveria a possibilidade de uma linguagem livre de ideologia. Em Bakhtin, por outro lado, o próprio signo constitui a noção de ideologia, entendida como qualquer forma de compreensão sistematizada que cosignifique valores e posições políticas particulares e não, em seu uso corriqueiro, como algo que distorce a forma correta de vermos a realidade. Evidentemente, tal emprego do termo ‘ideologia’ parece estender demasiadamente esse conceito, deixando-o mesmo sujeito à crítica de que seria vazio, já que não existiriam enfoques puros e, portanto, não ideológicos, da realidade. Mas, de fato, é exatamente isso o que defende Bakhtin ao situar a noção da ideologia na própria estruturação do signo: todo sentido é sentido situado.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. (...) O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (BAKHTIN, 1929, p. 18)

Seria uma crítica fundamentada na teoria política de Bakhtin ao universalismo de Chomsky retomar suas considerações sobre a ideologia burguesa que se constituiria como dominante precisamente a partir de um humanismo no qual seus valores são equacionados ao que se define como sendo a natureza humana, isto é, uma classe toma como universal precisamente a sua ideologia.⁶ Mas nos manteremos aqui fiel à orientação de não aplicar a teoria política à filosofia da linguagem, mas, ao contrário, fazer filosofia da linguagem para rever, sob este prisma, outras noções. Nesse sentido, nos deteremos particularmente na crítica de Bakhtin ao idealismo linguístico e, por meio desta, à separação entre sentido e comunicação, separação pressuposta na abordagem de

⁶ “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe.” (BAKHTIN, 1929, p. 32)

Chomsky. Tal como avaliamos, esta crítica constitui também um *proto-argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada*, antecipando já em 1929 elementos centrais da posição desenvolvida por Wittgenstein nas suas *Investigações Filosóficas*⁷. O argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada constitui de fato o cerne da crítica ao mentalismo na medida em que mesmo aceitando-se que a atribuição de compreensão a outros suponha sempre situações circunstanciais sociais, sendo este mesmo um aspecto constitutivo do significado nestes casos, alguém poderia defender que a auto-atribuição de compreensão por parte do sujeito seria um âmbito no qual o mentalismo seria irrefutável justamente pelo aparentemente acesso imediato que teríamos a nossa própria compreensão. Diante disso, o cerne da crítica que se pode fazer por Bakhtin a Chomsky é o mesmo encontrado em Wittgenstein: a ausência de critérios por parte do sujeito para identificar seus próprios estados mentais sem já pressupor algum significado público. No seu argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada, Wittgenstein supõe alguém define por ostensão privada uma sensação interna ‘s’, com o objetivo de anotar quando ela ocorre.⁸ Suponhamos que este sujeito tem uma sensação e ao mesmo tempo marca ‘s’ em um papel, como que definindo essa sensação. Se então, posteriormente, ele usa ‘s’ para dizer que está experimentando novamente essa sensação, não pode significar com ‘s’ a sensação que agora está experimentando, desde que assim não poderia estar fazendo uma afirmação sobre esta sensação. Para que a afirmação significasse algo seria preciso que ele já tivesse identificado aquela sensação por outros critérios, e agora estivesse apenas dizendo que essa sensação é aquela que anteriormente definiu como sendo ‘s’. Mas ele não tem como fazer isso, pois não seria então possível para o sujeito comparar a memória com as ocorrências subsequentes de

⁷ As relações entre a filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein e de Bakhtin são neste artigo meramente introduzidas. O desenvolvimento destas relações demandaria maior aprofundamento.

⁸ 258. Consideremos este fato. Quero escrever um diário sobre a repetição de uma certa sensação. Para tanto, associa-a com o signo “S” e escrevo este signo num calendário, todos os dias em que tenho a sensação. – Observarei, primeiramente, que uma definição do signo é impronunciável. – Mas posso dá-la a mim mesmo como uma espécie de definição ostensiva! – Como? Posso apontar para uma sensação? – Não no sentido habitual. Mas falo ou escrevo o signo e ao fazê-lo concentro minha atenção na sensação; - aponto, pois, como que interiormente para ela. – Mas para que esse ritual? Pois parece ser apenas isto! Uma definição serve para estabelecer a significação de um signo. – Ora, isto se dá precisamente pela concentração da atenção; pois, desse modo, gravo em mim mesmo a ligação do signo com a sensação. – “Gravo-a em mim mesmo” pode significar apenas: este processo faz com que no futuro me recorde corretamente da ligação. Mas, em nosso caso, não tenho nenhum critério para a correção. Poder-se-ia dizer aqui: correto é o que sempre me parecer correto. E isto significa apenas que aqui não se pode falar de ‘correto’. (IF, 158)

‘s’, desde que não haveria nenhum padrão objetivo que pudesse ser usado para compará-las. A sensação não seria assim sequer identificada, desde que teria que ser critério de si mesma. Não poderíamos sequer saber se lembramos de ‘s’, desde que, para tanto, só poderíamos recorrer à própria lembrança. A conclusão é que só podemos distinguir usos corretos (padrões de correção) de um termo de usos incorretos se a aplicação de padrões puder, *em princípio*, ser compreendida por outra pessoa. Se tem sentido comparar ou identificar sensações subjetivas, supõe-se já a significabilidade pública objetiva, logo, não pode haver linguagem incompartilhável. Embora não se possa inferir de nossas certezas subjetivas internas (i) a objetividade de nossa linguagem pública externa (ii), evita-se um ceticismo semântico, mostrando-se uma ligação necessária entre a significabilidade de nossas proposições acerca de nossas experiências subjetivas e o significado objetivo. Não podemos inferir (ii) de (i), mas podemos mostrar que ambas supõem significado compartilhável.

Como vimos, para Bakhtin, a estrutura do signo seria responsável pela própria emergência daquilo que chamamos ‘mente’ e, portanto, a mente não poderia ser uma condição transcendental da linguagem. A linguística não poderia ser um ramo da psicologia, o inverso seria mais adequado na medida em que a linguagem mesma adquire um caráter transcendental: “(...) não existe um abismo entre a atividade psíquica e sua expressão (...) a palavra se apresenta como o fundamento da vida exterior e interior. A exclusão da palavra reduziria o psiquismo a quase nada.” (BAKHTIN, 1929, p.38) Mesmo para o próprio sujeito da linguagem, o âmbito mental não poderia ser independente do signo, de tal modo que uma linguagem, em princípio, impossível de ser compartilhada (somente compreensível para o próprio sujeito da linguagem) simplesmente não seria uma linguagem, pois, neste caso, o próprio sujeito em questão também não poderia compreendê-la.

A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam a ideologia na consciência. Afirmam que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante encarnação material em signos. (BAKHTIN, 1929, p. 19)

Nesse sentido, também a comunicação não poderia ser um elemento adicional da significação. A intersubjetividade é anterior a qualquer subjetividade, pois a interação entre interlocutores seria o princípio fundador da linguagem e, com isso, responsável pela constituição ou identidade dos próprios sujeitos: “Não podemos perceber e estudar os sujeitos enquanto tais como fossem coisas, já que eles não podem permanecer sujeitos não tendo voz; por conseguinte, seu conhecimento só pode ser dialógico” (BAKHTIN, 1929, p.34). A mente seria um construto social e a suposição de um falante ideal, abstraído de toda realidade social, seria completamente sem sentido.

O conteúdo do psiquismo ‘individual’ é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica e internamente condicionada por fatores sociológicos. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior. (BAKHTIN, 1929, p.37)

Tanto um discurso interior (mental) quanto um discurso exterior suporiam a possibilidade de interação. Nessa medida, haveria sempre uma interlocução de fundo pressuposta pela linguagem.

É preciso insistir sobre o fato de que não somente a atividade mental é expressa exteriormente com a ajuda do signo, mas, ainda para o próprio indivíduo, ela só existe sob a forma de signos. Fora deste material semiótico, a atividade interior, enquanto tal, não existe. Neste sentido, toda atividade mental é exprimível, isto é, constitui uma expressão potencial. (BAKHTIN, 1929, p.37)

Segue-se que o significado é social, em princípio. “A compreensão de cada signo, interior ou exterior, efetua-se em ligação estreita com a situação em que ele toma forma. (...) Essa situação é sempre uma situação social” (BAKHTIN, 1929, p.48). Como o sentido é dado pela interação social, ele supõe um auditório bem definido, um público alvo internalizado, também constitutivo do próprio sujeito em questão, para ter um sentido determinado.

O objeto da introspecção é o signo interior que pode também, por sua natureza, ser signo exterior. O discurso interior pode, igualmente, ser exteriorizado. (...) A própria introspecção é dotada de um caráter expressivo. Ela constitui, para o indivíduo, a compreensão de seu próprio signo interior. (...) A introspecção constitui um ato de compreensão e, por isso, efetua-se inevitavelmente, com uma certa tendência ideológica (BAKHTIN, 1929, p.47).

Ao notar que a significação supõe algo com uma natureza dupla, significado-significante, e que, apenas isso, possibilita a própria concepção da realidade e do humano (mente), e ao argumentar em favor disso por uma teoria do sentido linguístico, Bakhtin conclui também que ‘ser comunicável’ não seria uma propriedade posterior, aplicada ao significado, já determinado anteriormente a esta propriedade. Muito pelo contrário, ser comunicável seria constitutivo da própria noção de significação. Sendo assim, a função da comunicação, somente secundariamente atribuída à linguagem por Chomsky, possui em Bakhtin um estatuto fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. (1929) Tradução de Michel Lahud e Yara Fratechi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

CHOMSKY, N. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. (1965) Tradução de Jose Antônio Meirelles. Editora Arménio Amado, 1978.

CHOMSKY, N. *Estruturas Sintáticas*. (1957) Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

CHOMSKY, N. *Reflexões sobre a linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1976.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. (1916) São Paulo: Cultrix, 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas (IF)* Trad.: José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores).

WITTGENSTEIN, L. *Da Certeza (OC)* Trad.: Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, s/data.